



Domínio público/Wikimedia Commons

bicentenário da independência: economia

Apresentação

O desenho deste dossiê foi construído a partir de um convite, feito pelos editores da **Revista USP**, para a elaboração de textos relativos ao processo de emancipação política do Brasil por parte de alguns dos mais atuantes historiadores econômicos do país. Estimulados, portanto, pela efeméride do Bicentenário da Independência, convidamos os autores signatários dos textos aqui reunidos e, de comum acordo com os editores, procuramos estabelecer os contornos gerais dos trabalhos, levando em consideração os temas “clássicos” da historiografia econômica e certa abrangência espacial, isto é, com a contribuição de autores que pesquisam as diferentes regiões do país.

A partir desses esclarecimentos, podemos interpretar o conjunto dos artigos como representativo do grande programa de pesquisa em curso sobre a Independência do

Brasil. A riqueza de cada perspectiva e a relação entre elas não podem ser exploradas nesta apresentação pela falta de espaço. Contudo, em nossa leitura, notamos que o conjunto dos artigos apresenta certa “coerência”, maior até do que se podia esperar, dado que não houve nenhuma exigência, da nossa parte, de se predefinir os temas mais possivelmente relevantes, ou que fosse adotado pelos pesquisadores qualquer tipo de uniformidade em termos de abordagem e/ou perspectiva teórica.

Os 200 anos da Independência nos abrem a oportunidade de refletirmos não somente sobre o que foi feito no Brasil desde a fixação dos europeus em nosso território, mas também a respeito das variadas realizações no decorrer desses mais de 500 anos de existência e formação cultural. Entendemos também que os artigos que compõem o presente dossiê são úteis para pensarmos acerca dos amplos desafios que temos enfrentado para a construção de um país mais próspero e menos desigual. Inúmeros temas são abordados que, via de regra, se relacionam ao complexo debate sobre a evolução da

economia brasileira em um período longo cujo eixo central é o episódio da Independência. Pode-se problematizar a continuidade do processo histórico ou destacar as rupturas ou os “grandes saltos” da história. Pode-se considerar se a origem da Independência deveu-se a fatores internos ao país ou foi provocada por fatores externos. Ademais, abordagens teóricas (explícitas ou não) podem definir os pontos mais decisivos da nossa evolução institucional ou do nosso atraso/retrocesso. De qualquer forma, em algumas obras clássicas da historiografia econômica brasileira – como as de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado – o tema da Independência é objeto de reflexões que se tornaram referências para as pesquisas posteriores.

Boa parte dos artigos deste dossiê, se não a totalidade, reconhece que a Revolução Industrial foi o grande fator que determinou as condições gerais da competição entre as principais economias do mundo ocidental desde a metade do século XVIII. Trata-se de um longo processo que teve a Inglaterra como protagonista mundial e ocorreu, sobretudo, por meio da promoção da indústria têxtil, com o surgimento de novas fontes de energia, o desenvolvimento de máquinas de tear, a emergência do proletariado urbano, ou seja, a criação do mundo fabril. Com os avanços expressivos da metalurgia e com os melhoramentos dos sistemas de transporte, estabeleceu-se um virtuoso processo de interações e aprimoramentos paulatinos que promoveu, de forma conjugada, grandes saltos de produtividade e crescimento da produção. Adam Smith, o grande teórico da economia política clássica, encontrou na Inglaterra um bom ponto de observação sobre a evolução econômica em curso, adequado

também para fazer uma síntese dos preceitos mercantilistas e propor uma nova forma de olhar os processos econômicos modernos.

Note-se que Portugal ocupava um papel tímido entre as nações que buscavam no século XVIII liderar os progressos tecnológicos em torno da Revolução Industrial, mesmo tendo uma história pregressa de avanços técnicos significativos no âmbito das grandes navegações. Em alguns setores, Portugal foi pioneiro, como no desenvolvimento da tecnologia naval e na produção de açúcar em larga escala nas ilhas atlânticas. A reativação do comércio atlântico de cativos africanos trazidos ao Brasil também foi um feito do império português. Contudo, é importante lembrarmos que, no complexo jogo político do período da colonização, Portugal permaneceu sistematicamente associado à esfera de influência da Inglaterra.

No quadro histórico acima delineado – de um lado, a Revolução Industrial e, de outro, o crescente vínculo entre Inglaterra e Portugal – é plausível se perguntar qual a relação existente entre a Revolução Industrial e a Independência do Brasil. Em sua obra *História econômica do Brasil*, publicada em 1945, Caio Prado Júnior tratou do tema com base na noção de crise do antigo sistema colonial, sistema que tem no pacto colonial – o monopólio de comércio entre metrópole e colônia – um elemento fundamental. O pacto colonial corresponde a uma época de predomínio do capital comercial nas relações econômicas: como nos lembra Fernando Novais, o capital comercial lucra por meio da diferença entre preço de venda e preço de compra. O monopólio de comércio permitia que o comerciante metropolitano, por não ter concorrente estrangeiro, comprasse o produto colonial a um preço baixo

e o vendesse na metrópole a preços elevados, de modo a obter um lucro extraordinário. Ademais, como resultado da prática de preços elevados para os compradores, haveria uma limitação do volume de trocas no conjunto da economia. A Revolução Industrial alterou fundamentalmente as condições que sustentavam o antigo sistema colonial. Para Prado Júnior, o crescimento da indústria a torna dominante na economia europeia e impõe o declínio do sistema colonial. O lucro da indústria se forma na esfera da produção e se realiza no mercado; o pacto colonial, pela prática do monopólio, restringia a expansão dos mercados em claro conflito com os interesses industriais. Disso resultou o declínio – e a crise – do antigo sistema colonial.

Essa interpretação tornou-se influente na historiografia brasileira e foi retomada, em perspectiva mais ampla, por Novais em sua tese de doutorado publicada como *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Nela, o historiador, além de ressaltar a importância do tráfico de escravos para a acumulação do capital comercial, reafirma e elabora, de modo mais amplo, a noção de crise do sistema colonial que é entendida como resultado do próprio desenvolvimento: o sistema colonial, ao promover a acumulação de capital no centro do sistema – a economia europeia –, criava as condições para a sua superação por meio da emergência do capitalismo industrial, que se mostra incompatível com o monopólio de comércio e com a escravidão.

Este seria o pano de fundo para entender a Independência do Brasil como um processo político que rompe a relação da colônia com a metrópole e cria um Estado Nacional independente. No entanto, não se pode esquecer que há fatores internos que atuaram nessa

direção; segundo Prado Júnior, a condição decadente de Portugal, cada vez mais sujeito às imposições da Inglaterra, mostrava que a metrópole pouco tinha a beneficiar a colônia: além de extrair recursos, não estava em condições de exercer adequadamente o papel de intermediário.

Podemos situar o período da Independência como um processo cujos marcos fatuais mais relevantes ocorreram entre 1808 (a chegada da corte portuguesa ao Brasil), a Independência propriamente dita em 1822, a outorga da Carta Magna em 1824 e a abdicação de D. Pedro I em 1831. Com o alvará de 1808 passou-se a premiar a adoção de novos equipamentos, permitiu-se a produção de tecidos grosseiros no país e foram criadas condições mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades financeiras locais, como aponta Thiago Gambi em seu artigo elaborado para este dossiê. Facilitou-se também o comércio internacional de outras regiões fora do eixo dominado pelo Rio de Janeiro, como apontado no artigo assinado por Daniel Barroso. O trabalho de Tâmis Parron indica, por sua vez, como a dinâmica interna da Inglaterra e suas relações com a Índia determinaram os seus procedimentos quanto à escravatura em geral e às trocas comerciais britânicas com suas possessões no Caribe, pois, nos próprios termos do pesquisador, “é necessário reagrupar as geografias particulares das nações no conjunto dos circuitos mercantis que se abrem em rede sobre o mundo no início do século XIX”.

São inúmeras as evidências históricas a indicar os impactos da Independência sobre a economia brasileira. Prado Júnior entende que a vinda da família real portuguesa e a liberdade comercial (o fim do monopólio) estimularam atividades como a economia

urbana do Rio de Janeiro, a produção de alimentos para a corte, importações e exportações; diz Prado Júnior: “[...] o progresso econômico é geral”. Mas o historiador reconhece também o surgimento de desequilíbrios como o déficit comercial e orçamentário. Em *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado explora as razões desses desequilíbrios decorrentes do chamado “passivo colonial”. Na realidade, o Brasil independente herdou a tutela que a Inglaterra exercia sobre Portugal. Os acordos de 1810 entre Portugal e Inglaterra já definiam as bases sobre as quais se estabeleceriam as relações entre Brasil e Inglaterra. Em particular, o acordo que estabeleceu uma tarifa de 15% para os produtos ingleses (menor do que para os portugueses e os de outras nações) se insere nesse quadro. Aliás, Roberto Simonsen, em sua *História econômica do Brasil*, atribui a esse acordo tarifário o não desenvolvimento da indústria no Brasil após o fim do domínio metropolitano. Por negociar o reconhecimento da independência do Brasil diante de Portugal, a Inglaterra pôde, pelo Tratado de 1827, assumir a posição de potência privilegiada; ao mesmo tempo, a tarifa de 15% foi generalizada para todas as importações. De acordo com Furtado, essa limitação da principal receita fiscal do Brasil conduziu à crise financeira que se refletiu no endividamento e no recurso a emissões. Assim, numa fase de construção do Estado nacional, o governo imperial se viu diante da carência dos recursos necessários para aquela tarefa. Somente depois de 1842, ao expirar o Tratado de 1827, pôde o país se livrar da tutela inglesa, até porque as exportações de café criaram um vínculo comercial forte com os Estados Unidos. A elevação da tarifa sobre as importações, somada ao crescimento das

exportações, gerou os recursos para consolidar o poder estatal diante da instabilidade política do período.

No entanto, Furtado nota que o Brasil da metade do século XIX, do ponto de vista de sua estrutura econômica, não diferia em termos substanciais daquilo que fora nos três séculos anteriores. Isto posto, podemos dizer que há um entendimento comum compartilhado por Furtado, Prado Júnior e Simonsen, o de que a Independência não foi suficiente para mudar a estrutura da economia brasileira construída na época colonial, pois ela continuou fundada no trabalho escravo e voltada principalmente à produção para exportação. Todavia, em pesquisas mais recentes, baseadas em novas abordagens e na exploração de uma variedade maior de fontes primárias, é frequente a contestação ou pelo menos a qualificação das interpretações expostas pelos clássicos de nossa historiografia econômica. Em alguns artigos deste dossiê essa postura crítica poderá ser observada.

Caberia então avaliarmos de que modo os artigos aqui compilados fornecem elementos para discutirmos a questão do impacto da Independência sobre a economia/sociedade brasileira. O artigo de Francisco Luna e Herbert Klein, o de José Flávio Motta e, de certo modo, o de Maria Alice Ribeiro se inserem numa corrente que procura mostrar, já na colônia, a existência de um mercado interno expressivo. Luna/Klein e Motta indicam alguns dados quantitativos da escravidão e do mercado interno, da mesma forma que Ribeiro conclui o seu artigo ao afirmar que os agentes nacionais do capital comercial e agrário impuseram seus interesses ao país durante todo o período imperial e, nesse sentido, a escravidão perdurou por

mais 65 anos após a Constituinte de 1823. Assim, entendemos que os novos aportes apresentados neste dossiê pelos pesquisadores não negam a permanência da atividade agrícola escravista de exportação como central na definição da dinâmica da economia imperial.

Algumas mudanças de importância maior ou menor, mas sem afetar a estrutura da economia, parecem decorrer da presença de um Estado Nacional que, diferentemente da fase colonial, necessita tratar das condições de sua sobrevivência, seja do ponto de vista financeiro, seja pela preservação da unidade territorial do Império. O artigo de Gambi sobre o Banco do Brasil cabe nessa perspectiva, em particular ao discutir o papel central do banco no financiamento dos gastos públicos durante o contexto da consolidação do processo de emancipação política do país. A análise de Guilherme Grandi sobre os planos viários elaborados entre 1869 e 1882 mostra a crescente preocupação do Estado imperial com a questão das vias de transporte para interligar as várias regiões do país. Ribeiro também enfatiza os esforços para a instalação da primeira siderurgia destinada ao abastecimento do aparato produtivo local e ao fornecimento de insumos à produção de armamentos, elemento importante para a defesa e segurança do país. O artigo de Luciana Galvão e Anne Hanley examina, com extrema profundidade analítica, a reorganização do sistema tributário a partir da consolidação do Estado Nacional. Em suma, o Império brasileiro, no decurso do século XIX, promoveu ações transformadoras ao mesmo tempo em que manteve parte significativa do arcabouço institucional herdado do período colonial, ao não enfrentar decisivamente uma série de interesses dos grupos

sociais dominantes, há tempos arraigados em nossas estruturas econômica, política e social.

No plano das ideias, as divergências entre Cairu e José Bonifácio também se inserem nesse processo de estabelecimento do Estado Nacional. Ambos os autores têm expressiva vivência na gestão e construção do Estado e procuraram expor suas ideias, certamente buscando transformá-las em ações. O discurso é liberal, pois os dois se formaram em Portugal sob a influência do liberalismo inglês, mas suas propostas não eram convergentes, em especial quanto ao escravismo: Cairu o aceita como necessário à economia brasileira da época; já José Bonifácio o critica e propõe um programa abolicionista, embora gradual, que, sabemos, não foi bem-sucedido. A adoção da Carta Magna tem importante papel no desenvolvimento futuro do país, com a peculiaridade de se adotar uma monarquia constitucional. Estes pontos de vista estão devidamente contemplados no artigo de Alexandre Saes em coautoria com Ivan Salomão.

A Revolução Industrial, como já mencionamos, permanece como ponto de referência básica do processo econômico e político do Brasil, e, desta forma, está presente na Independência. Trata-se de pano de fundo sempre presente em toda a competição capitalista do período. À época da Independência, a siderurgia era um segmento mais complexo, que se expandiu a partir de 1808. Mas ela avançou, ainda que lentamente, junto às propostas de construção ferroviária levadas a cabo no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia, e que vão se tornar mais efetivas, ao avançarem por outras regiões do país, somente no último quartel do século XIX após o término da Guerra da Tríplice Aliança.

A construção da Independência também foi importante para a manutenção dos engenhos centrais voltados à produção do açúcar, que, apesar do pouco sucesso imediato, foram sucedidos por usinas mais modernas e produtivas ao final do século XIX. Só com o avanço da “economia de mercado interno”, como aparece em *Formação econômica do Brasil*, de Furtado, é que ocorre o início da implantação mais sistemática das novas técnicas de produção difundidas pela Revolução Industrial em alguns ramos manufatureiros no Brasil. É sabido que tal revolução foi o principal elemento determinante da economia mundial ao promover profunda alteração na competição internacional, sobretudo entre o último quartel do século XVIII e meados do XIX. A proximidade de Portugal com a Inglaterra levou o Brasil a experimentar os efeitos dessas mudanças, embora nossa metrópole tenha nos submetido a um papel muito restrito no que se refere às possibilidades de produção de artigos mais elaborados, como os manufaturados. O Alvará de 1785, de D. Maria, vedava a produção manufatureira no Brasil; já o Alvará de 1808, no entanto, modificou substancialmente essa postura da metrópole ao nos aproximar dos padrões internacionais impostos pela Inglaterra.

Um segundo fator fundamental foi a ampla disponibilidade de recursos naturais do Brasil, que oferece uma fronteira econômica interna muito ampla, e a grande distância dos principais centros econômicos mundiais. As condições geográficas eram favoráveis para a produção de açúcar, extração mineral e produção de café, além de outros produtos da agricultura tropical, como arroz, algodão, mandioca e fumo. A grande extensão territorial do país, os atributos de

nossa topografia e os altíssimos custos dos transportes internacionais e internos também foram decisivos na competitividade internacional. A pequena disponibilidade de recursos humanos, no Brasil e em Portugal, também marcou o quadro da economia brasileira, com grandes desdobramentos como as tentativas de subjugar os povos originários e adotar a odiosa escravidão dos africanos.

O terceiro elemento a ser destacado é o papel retardatário que o Brasil sempre ocupou em relação aos grandes centros econômicos, sem jamais exercer uma atuação de destaque nos avanços que ocorriam na economia mundial. É bem verdade que o país nunca contou com um projeto ambicioso e continuado de avanço científico e tecnológico que pudesse colocá-lo na primeira linha do cenário científico, tecnológico e econômico internacional. Nesse sentido, convém lembrarmos que o Brasil vai sediar os primeiros esforços de construir universidades apenas em 1808, com as universidades de Cirurgia (Bahia) e de Medicina (Rio de Janeiro). As universidades de Direito, de 1827, em Olinda e São Paulo atuavam em áreas distantes dos avanços da revolução científica, embora fossem muito significativas para o país. Note-se que as primeiras universidades, como a de Bolonha (1088), Oxford (1096) e, na América Latina, a Universidade de S. Martin (1551), a Universidade de São Domingos (1538), a do México (1553), a de Bogotá (1662), a de Harvard (1636) e a de Yale (1701), já estavam bem estabelecidas no cenário internacional e nas Américas há longa data.

O quarto elemento que vale destacarmos são os efeitos das circunstâncias mais imediatas da Independência, seja nos períodos anteriores como nos posteriores. Era um momento de fortes tensões políticas entre

as várias regiões do país. No exterior, seja nas Américas, com a emancipação de várias regiões, como na Europa. Dois elementos chamam nossa atenção, a saber: a manutenção da integridade física nacional, tendo o governo central que enfrentar as fortíssimas pressões que poderiam levar à sua fragmentação política, como se observa com os conflitos que ocorriam em Recife, Salvador, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pará, tratados, em certa medida, no artigo de Barroso. Já o estudo de Grandi dá margem a pensarmos que as dificuldades de transporte no país e as imensas distâncias entre os vários polos de produção colaboraram para manter as diversas regiões apartadas umas das outras, incentivando-as assim a desenvolver características e interesses locais específicos. O grande empenho, de longo prazo, da metrópole de procurar manter o país unificado foi confrontado no período da Independência e os altíssimos riscos de fragmentação, como os ocorridos na América espanhola, colocam os resultados alcançados no caso do Brasil como excepcionais. A emergência de uma Monarquia Constitucional certamente desempenhou papel determinante nesse processo.

Outro resultado singular do caso brasileiro foi o reduzido derramamento de sangue no período imediato que antecede a Independência, apesar dos sérios conflitos internos e externos. Na verdade, pode-se considerar que, desde a chegada da família real em 1808, o Brasil vinha ganhando crescente autonomia em relação a uma frágil e decadente metrópole, que tinha que ceder espaço político e econômico à Inglaterra e às forças políticas locais. De muitas formas, como, por exemplo, os tratados de 1810 com a Inglaterra, demonstravam o novo equilíbrio de poder em construção, em que Portugal tinha seu

campo de atuação reduzido. A Independência estava, nesse sentido, “madura” em 1822 e tornavam-se desnecessários conflitos exacerbados, sobretudo com o apoio britânico aos interesses locais no processo que resultou na Independência. Pode-se interpretar este episódio como manifestação da continuidade do processo histórico, mais que uma ruptura brusca. Em certo sentido, foi também um período em que se perdeu uma raríssima oportunidade de se tratar de forma mais direta e com resultados práticos significativos a eliminação da escravidão no país. O comércio de escravizados, devemos lembrar, veio a crescer em volume após a Independência, como aponta a pesquisa de Motta. Certamente, o período da Independência, considerando os anos anteriores e posteriores, reforçou laços históricos profundos, como a péssima distribuição de renda, o racismo, o patriarcalismo, o patrimonialismo e a baixa prioridade à educação e à saúde pública, que ainda nos caracterizam. O baixo apreço de algumas autoridades públicas no Brasil com a preservação do meio ambiente e com a pesquisa acadêmica também permanece até os nossos dias, infelizmente.

Diante do exposto, o leitor e a leitora notarão que alguns artigos deste dossiê sugerem que a permanência dos traços característicos da economia/sociedade da época da Independência se relaciona com as mazelas do Brasil atual e, nesse sentido, poderíamos dizer que o trinômio pradiano – monocultura, trabalho escravo e grande propriedade – tem sido, depois de 200 (ou 500) anos, apenas “atualizado” ao continuar presente e atuante na conformação do nosso subdesenvolvimento. Evidentemente, muitas mudanças ocorreram nos 300 anos iniciais e no período posterior à Independência.

dência. Outras grandes inovações, como as mudanças nas áreas de energia, informática, novos materiais, também promoveram profundas alterações na competição capitalista. Não podemos deixar de apontar períodos de rápidos avanços da produção e da renda *per capita* do Brasil nestes últimos 300 anos. As décadas do crescimento da indústria, a modernização da agricultura, as profundas mudanças em nossa pauta comercial com o exterior e os ganhos de expectativa de vida e de educação da população são eventos positivos. Nos últimos 40 anos, entretanto, o país parece ter perdido o dinamismo apresentado desde o final do século XIX até os anos 70 do século XX.

Como última reflexão, vale a pena mencionarmos que ocorreram muitas mudanças profundas nas práticas produtivas mundiais, sobretudo a partir do início do século XX, que alteraram significativamente o quadro competitivo internacional. As transformações científicas e tecnológicas nas áreas de energia, de comunicação e informação, entre muitas outras invenções e inovações, alteraram os padrões de produtividade e de bem-estar das sociedades. O ritmo no avanço das invenções e inovações pode ter se acelerado desde então. O papel dos Estados nacionais nas esferas econômica e social também se transformou ao longo desse período. Prever

os desafios futuros dos sistemas econômicos e das sociedades tornou-se ainda mais complexo. Novos temas, como a questão do meio ambiente e do inter-relacionamento das cadeias produtivas globais, entre muitos outros elementos, são verdadeiras novidades históricas que precisam ser consideradas dessa forma para que se construam cenários úteis no sentido de sermos capazes de estabelecer propostas eficazes de política econômica e social. A persistente reflexão sobre nossa história e a construção de cenários futuros são um exercício que deve ser feito constantemente para a construção de uma visão abrangente que nos oriente. Neste momento, a riqueza das possibilidades dos avanços científicos, tecnológicos e sociais é imensa e o enfrentamento das dificuldades em torno da salvaguarda do meio ambiente e do combate às pandemias não pode ser adiado. Devemos em conjunto, e de forma coordenada, participar ativamente para a construção de um futuro civilizatório mais alvissareiro, ainda mais agora, após esses 200 anos de um longo percurso emancipatório.

Hélio Nogueira da Cruz

Flávio Azevedo Marques Saes

Guilherme Grandi